

## ESTUDO DE UM CASO DE SURDEZ: ASPECTOS ENVOLVIDOS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO SURDO

### A CASE STUDY OF HEARING: ISSUES INVOLVED IN THE FORMATION OF THE IDENTITY OF THE DEAF GUY

Valdelice Cândida Andrade Santos\*  
Débora Pereira Claudio\*\*

#### RESUMO

A formação da identidade do surdo é composta por diversos fatores que vão desde a estigmatização histórica até os aspectos da educação inclusiva. Com este estudo de caso, pretende-se investigar esses fatores na busca de compreender, a partir da perspectiva de um indivíduo surdo, como foi seu desenvolvimento nos âmbitos familiar, linguístico e social, a fim de contribuir para o aprimoramento da prática profissional do psicólogo junto aos surdos e suas famílias. Os resultados obtidos demonstraram diversos aspectos previstos na literatura sobre a comunicação familiar do surdo em desenvolvimento, o uso da Língua Brasileira de Sinais, e a aquisição da linguagem na forma escrita, além de levantar questões sobre a internalização de habilidades sociais pelo surdo.

**Palavras-chave:** Surdez. Psicologia. Libras. Identidade surda. Desenvolvimento.

---

\* Aluna de Psicologia e bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2010 - 2011) da FAE Centro Universitário. E-mail: valblackness@hotmail.com.

\*\* Mestre em Comunicação Social (PUC-RS). Professora da FAE Centro Universitário. Orientadora da pesquisa. E-mail: debora.claudio@fae.edu.

## **ABSTRACT**

The formation of the identity of the deaf is composed of several factors ranging from stigma to the historical aspects of inclusive education. With this case study, we intend to investigate these factors in the quest to understand, from the perspective of a deaf person, as its development in family contexts, linguistic and social, in order to contribute to the improvement of professional practice of psychologists with the deaf and their families. The results showed various aspects provided in the literature on family communication of the deaf in developing the use of Brazilian Sign Language, and the acquisition of language in written form, and raise questions about the internalization of social skills for the deaf.

**Keywords:** Deafness. Psychology. Libras. Deaf identity. Development.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da identidade do surdo pode ser influenciado por diversos fatores, desde a estigmatização histórica até as relações familiares e o convívio em comunidade com outros surdos, passando pela formação escolar adequada, sendo esta inclusiva, especial ou regular.

Com os registros reunidos por Strobel (2006), pode-se acompanhar a construção dessa identidade e as bases em que se alicerça, sendo desde a Antiguidade estereotipada e vista como anormal.

Com a pouca assistência ao seu desenvolvimento, os estigmas da deficiência e a baixa valorização social desses indivíduos afeta diretamente a família que, geralmente, se sente despreparada e com dificuldade em aceitar a chegada de uma criança surda (NEGRELLI; MARCON, 2006).

Felipe e Monteiro (2005, p. 38) afirmam que os surdos possuem “uma forma peculiar de apreender o mundo que gera valores, comportamento comum compartilhado e tradições sociointerativas. A esse *modus vivendis* dá-se o nome de Cultura Surda”. Já Bueno (1998) apresenta outra reflexão sobre o tema, segundo a qual, a formação de uma identidade surda também se constrói numa interação dialética com a realidade ouvinte, contribuindo para a formação de uma cultura dentro da comunidade surda. Para Martins (2006), o convívio com grupos de surdos também é o momento em que eles podem exercitar a prática de Libras, bem como interagir a partir da apropriação de elementos extraídos em forma de experiências visuais.

Também é importante considerar, conforme afirmam Perlin e Strobel (2006), a educação como um desses fatores-chave na construção dialética de sua identidade, sendo garantido, por lei, o acesso do surdo à educação especial, inclusiva ou regular, com a alfabetização bilíngue e a Libras, nesse caso, considerada a língua materna e nativa do surdo.

Tendo em vista essa perspectiva, este estudo destina-se a averiguar como a comunicação efetivou-se na família de um jovem surdo e quais as implicações dessa comunicação no desenvolvimento intelectual e na aprendizagem do indivíduo, bem como quais são os reflexos da relação familiar em suas relações sociais e afetivas. A fim de identificar demandas que justifiquem um olhar cada vez mais preciso e especializado na prática do psicólogo em relação a essa população, pretende-se, com base em trabalhos anteriores na área, contribuir para o aprimoramento de estudos sobre o tema, visando à contribuição da Psicologia para um melhor entendimento das questões da surdez, tendo a perspectiva do próprio surdo como uma forma de orientar o olhar do profissional.

O objetivo deste trabalho é compreender o desenvolvimento do participante nos âmbitos familiar, linguístico e social, desde a infância, passando pela adolescência, até o ingresso na fase adulta. A partir daí, fazendo um levantamento da vida escolar e de possíveis problemas de aprendizado decorrentes da comunicação, identificando possíveis distorções na comunicação com os familiares ouvintes e se decorrem problemas de relacionamento entre esses sujeitos devido a essas falhas na comunicação e, por fim, delineando o perfil afetivo-relacional e as implicações nas relações sociais.

# 1 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOAFETIVOS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO SURDO

A identidade do indivíduo surdo, por vezes, confunde-se a identidades incompletas (GESUELI, 2008). Os estigmas históricos e a dominância da cultura ouvinte, retratada por Strobel (2006), ou, ainda, como citam Perlin e Strobel (2006), como uma maneira preconceituosa e segregadora, a qual considerava o surdo como **anormal** ou **doente**, podem estar na base da formação dessa identidade individual. Além disso, exerce influência nas relações familiares do surdo, que podem se sentir despreparadas e apresentar certo choque ao se descobrirem **genitoras** de uma criança em tais **condições**. Se o olhar da família direcionado à criança estiver impregnado desses estigmas, ou de medo, desaprovação e culpa, a autoimagem da criança ficará comprometida.

## 1.1 IDENTIDADE E AUTOESTIMA

A qualidade da formação da identidade do indivíduo está diretamente relacionada a sua autoestima e autoimagem, as quais vêm sendo formadas durante seu desenvolvimento pela interação com a família, e esta, por sua vez, baseada na maneira como a surdez foi assimilada e tratada desde a chegada do filho surdo. Esse processo interativo do desenvolvimento, segundo Gesueli (2008), pode ser prejudicado devido à distorção da visão social do indivíduo, mais particularmente da criança surda, considerada como ouvinte deficiente e não como surda e, portanto, preparada intelectualmente como tal, tendo em sua formação a premissa básica da surdez.

A integração da identidade surda na formação da criança e um desenvolvimento psicossocial aceitável constituem bases firmes para a construção da autoestima que, por sua vez, possibilita a aprendizagem satisfatória da criança. Segundo Negrelli e Marcon (2006), a família representa o espaço onde a criança dá seus primeiros passos e tem suas primeiras experiências de relacionamentos interpessoais e as interações perturbadas podem representar uma referência confusa para a criança surda em desenvolvimento. Se os laços formados durante esse período não forem de confiança e autonomia (ERIKSON, 1972), a crise da identidade na adolescência culmina em uma confusão de papéis que pode ser angustiante e dificultar o relacionamento afetivo saudável do indivíduo com sua família e, posteriormente, em qualquer instância em que ele se relacione.

No que diz respeito ao desenvolvimento do indivíduo surdo, as proposições são igualmente válidas e cabe verificar as implicações do relacionamento da família com a criança surda e seu impacto na autoestima e afetividade desse indivíduo, por meio de análise de suas relações na adolescência e ingresso da vida adulta. Os laços íntimos e significativos só poderão ser desenvolvidos, segundo Erikson (1972), se a identidade, o sentido do “eu” for integrado ao ego do sujeito conferindo-lhe segurança de quem é para poder relacionar-se horizontalmente de maneira satisfatória sem se projetar ou se perder na identidade do outro.

Segundo Aberastury e Knobel (1981), a necessidade de pertencer a grupos representa para o adolescente uma tentativa simbólica de resolução de conflitos interiores e vivências da infância mal elaboradas. Aliando-se a isso, pontua-se a necessidade de compartilhar experiências e participar de atividades em comum (MOURA, 1996 apud BUENO, 1998). O grupo de identificação para o adolescente surdo geralmente é composto por

outros adolescentes, também surdos, e estes representam uma comunidade na qual o jovem pode se sentir compreendido e acolhido. Tendo em vista que a comunidade surda partilha de experiências pertencentes ao seu próprio universo, a compreensão de aspectos vivenciais e peculiares da surdez, o desenvolvimento de conceitos e idiosincrasias são facilitados pelo uso da Libras, que, por ser uma linguagem visual e conceitual, é mais facilmente assimilada.

## 1.2 A COMUNIDADE E A CULTURA SURDA

A Libras pode ser discutida com maior propriedade dentro da comunidade, o que dá origem à chamada **cultura surda** que pode ser definida num aspecto mais amplo como: “a história cultural, língua de sinais, identidades diferentes, leis, pedagogia surda, literatura surda, e outros jeitos de ver o mundo, ou seja, dos espaços de Estudos Culturais e em Estudos Surdos (PERLIN; STROBEL, 2006, p. 1).

Segundo Perlin e Strobel (2006), a comunidade surda não é formada apenas por surdos, mas por familiares, profissionais, intérpretes, professores, amigos e outros que participem dos interesses dos surdos. É essa comunidade que confere ao indivíduo a noção de pertencimento e acolhimento, e onde ele pode dar novo significado às suas próprias vivências.

## 2 ASPECTOS COMUNICACIONAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO SURDO

Para que se possa entender melhor a comunicação do surdo como um dos componentes que interferem em seu desenvolvimento, algumas definições e conceitos se fazem necessários e serão expostos de maneira sucinta a seguir.

### 2.1 LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais – Libras – é o sistema linguístico gestual adotado e oficializado legalmente no Brasil para a comunicação dos surdos. É considerada língua, pois possui elementos necessários, como morfologia, sintaxe, fonologia e semântica. Como língua oficialmente reconhecida pela Lei nº 10.436/02, a LIBRAS é constituída como meio “legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso, bem como a inclusão da disciplina de libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia” (BRASIL, 2002).

Sendo que a comunicação do surdo se dá principalmente por processos visuais, o uso da Língua Brasileira de Sinais se configura numa importante ferramenta comunicacional para o surdo e sua família na formação de sua identidade. O interesse da família em incorporar a língua de sinais em sua comunicação para melhor efetivá-la pode representar, para a criança surda em desenvolvimento, um importante modo de se sentir incluída no contexto familiar de forma significativa, sendo a língua de sinais, como apontada por Gesueli (2008), um componente de grande importância para o desenvolvimento intelectual da criança surda.

## 2.2 ORALIZAÇÃO

A comunicação oralizada tem diversos aspectos a ser destacados para esse entendimento. O oralismo pressupõe que o indivíduo surdo, para se inserir com sucesso na comunidade ouvinte, deve “oralizar” bem, ou seja, deve articular palavras a partir do treinamento da fala e fazer leitura labial a partir de diversos métodos desenvolvidos no século XIX (PERLIN; STROBEL, 2006). Isso se deve, principalmente, à dominância da cultura **ouvintista** que, em detrimento da cultura surda, preconizava que a inclusão se daria de acordo com a **adaptação** do indivíduo surdo à sociedade ouvinte. Essa cultura predominantemente ouvinte banuiu totalmente a língua de sinais na segunda metade do sec. XIX, considerando que a oralização era a única forma aceitável de comunicação entre surdos e ouvintes (PERLIN; STROBEL, 2006).

De qualquer modo, a comunicação entre o surdo e seus familiares é importante para a formação de sua autoimagem, seu desenvolvimento intelectual e cognitivo, seja essa comunicação por língua de sinais, oral ou mista – bilinguismo. Quando a inclusão de uma forma de comunicação eficiente não é destacada na família de origem, as interações significativas podem, então, ser transferidas para o grupo de identificação do jovem surdo.

## 2.3 APARELHOS AUDITIVOS

Os aparelhos de amplificação sonora individual (AASIs) possibilitam que o indivíduo surdo escute. Dentre os vários modelos fabricados, o mais comum é o que se coloca atrás da orelha, o chamado aparelho auditivo (PERLIN; STROBEL 2006).

Pouco se tem na literatura sobre a inserção dos aparelhos auditivos e seu impacto na comunicação familiar do surdo; porém, no estudo de Ribeiro e Rasesa (2008) sobre o tema, a maioria da população participante considera o uso do aparelho como natural e benéfico para os portadores de deficiência auditiva em qualquer grau. Para os autores, é importante ressaltar que a inserção de aparelhos auditivos interfere nas relações familiares, fazendo com que o surdo se aproxime mais da família, podendo obter, com o aparelho, meios para se comunicar de maneira mais próxima, se expressando com mais eficiência e podendo interpretar, também, com mais chances de acerto o que os familiares estão lhe dizendo.

## 3 ASPECTOS EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO SURDO

Uma forma inclusiva de educação poderia preencher essa lacuna linguística, já que enfatizaria o bilinguismo, ou seja, a alfabetização do surdo tanto por meio da Libras quanto pela Língua Portuguesa como segunda língua, na forma oral e escrita.

O documento oficial do MEC/SEESP (BRASIL, 2007), da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aponta para um atendimento ao surdo por profissionais com conhecimentos específicos, como a Libras, e para o ingresso do indivíduo surdo nas escolas comuns, o ensino é desenvolvido de forma bilíngue – Libras e Português –, bem como se dá o ensino de Libras para os demais alunos ouvintes e a disponibilização de um tradutor intérprete de Libras.

A educação inclusiva preconiza, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/01), que a escola garanta uma educação que atenda à diversidade humana (MEC/SEESP, 2007). E, ainda, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, ficou determinado que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” (BRASIL, 2007).

Atualmente, a Libras é garantida por lei na educação de surdos, como citam Perlin e Strobel (2006):

Sobre a oficialização da língua de sinais a nível nacional, ela já era garantida pelo Congresso Nacional em 1996 através do decreto:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas. (PERLIN; STROBEL, 2006, p. 49).

#### 4 METODOLOGIA

Além de uma investigação do tema pela literatura disponível, foram elencados para este estudo de caso uma entrevista informal com o participante para se obter informações iniciais sobre ele: um questionário semiestruturado para formalizar as informações obtidas e um questionário fechado para variáveis qualitativas, além de uma entrevista presencial para finalizar o estudo. Foram utilizados recursos de informática, como a internet, para viabilizar a comunicação entre o participante e as pesquisadoras, por morarem em cidades diferentes e distantes.

Sobre o participante, entrevistou-se um jovem surdo – G. S. A.<sup>1</sup> – de família ouvinte, com idade de 22 anos, bilíngue, que possui aparelho auditivo e faz uso da oralização como meio de comunicação. O jovem possui formação escolar de nível médio e profissionalmente ativo até o momento da entrevista.

Dos procedimentos, pode-se destacar a construção dos questionários semiestruturados: foram elaborados em roteiros numerados de I a VII (anexo 1) com os temas preestabelecidos. Conforme a necessidade da investigação proposta e a ordem dos temas, ficaram assim determinados: I – informações gerais; II – informações familiares; III – saúde e estado físico; IV – Libras e comunicação; V – dificuldades e problemas/amizade; VI – educação e trabalho; VII – interesses, atividades habituais e futuro. Os temas visam à obtenção de informações de forma abrangente nos variados aspectos da vida do participante.

Também foi elaborado um questionário fechado com pontuação para variáveis qualitativas a fim de investigar os fatores significativos para o indivíduo que podem estar na base da formação de sua identidade.

---

<sup>1</sup> A identidade do sujeito foi mantida em sigilo.

## 5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Após a entrevista informal, via internet, foi enviada ao participante a primeira parte dos questionários semiestruturados, contendo questões referentes a informações pessoais do participante, que respondeu prontamente e de forma ágil. Pode-se pensar que essa agilidade deve-se ao fato de ser o início da pesquisa, de ser o primeiro contato formal. O sujeito tinha uma ideia sobre a temática que seria pesquisada, mas se percebe que, à medida que a relação pesquisador-sujeito foi se aprofundando, as temáticas possivelmente tornaram-se desconfortáveis.

Observa-se, a partir da análise do material, uma situação familiar estável: pais casados e todos os membros da família adultos e ativos profissionalmente. Sobre a condição profissional do participante, observa-se que é um sujeito em idade produtiva e também ativo profissionalmente. Já sobre o relacionamento familiar, pode-se verificar uma possível dificuldade de relacionamento ou de comunicação que pode ter sua origem no provável déficit comunicativo inerente à surdez. Essa dificuldade pode ter se estabilizado na adolescência, e com seu ingresso em grupos de amigos surdos e à vivência escolar, como demonstrado nas questões 8, 9 e 10, transcritas abaixo:

08. Seus pais traçam os planos e os discutem com você?

R: Mais ou menos.

09. Além de seus pais, com quem mais você discute seus planos?

R: Meus amigos.

10. Como você considera sua vida familiar?

R: Mais ou menos por que através não conversar família sempre sai com meus amigos surdos já costumados o que éramos escola conversando muito de mais do que família, mas eu sei que é importante família... Eu me preocupo família. (G.S.A)

A comunicação familiar não parece abranger áreas significativas da vida do participante, como demonstrado na resposta da questão 08 (oito), na qual é possível observar uma participação pouco significativa do participante nas decisões familiares e igualmente da família em suas decisões. Isso pode ser resultante do isolamento criado pela comunicação, conforme proposto por Negrelli e Marcon (2006), que afirmam que a comunicação dos pais com filhos surdos, por vezes, se restringe apenas à atenção das necessidades básicas do filho, mantendo-o excluído das conversas informais e assuntos familiares discutidos pelos pais e outros membros da família.

No trecho transcrito acima, também é possível observar o déficit característico da escrita do surdo, conforme demonstrado por Meirelles e Spinillo (2004), decorrente do baixo domínio das ferramentas linguísticas como:

a) conjugação verbal:

“Mais ou menos por que através não conversar família sempre sai (saio) com meus amigos...”

b) preposição e pronome:

“(...) Eu me preocupo (**com minha**) família.”

Porém, o contato com a Língua Portuguesa, com o uso de aparelho auditivo, também demonstra influência nessa escrita, como se observa no uso de plural e acentuação correta em algumas palavras: “(...) com meus amigos surdos já costumados o que éramos (...)”



Nesse caso, ainda caberia investigar se os recursos gráficos dos programas de computador usados para responder as questões não estariam preenchendo um possível déficit do participante nesses quesitos.

Segundo Melo, Santos e Guedes (2010), a escrita do surdo está caracterizada pela dificuldade de estruturação da sentença, apesar de entenderem o que os outros escrevem, os surdos não são capazes de apresentar a mesma estrutura sintática, sendo sua escrita comparada à de estrangeiros, ou seja, pessoas que dominam outra língua materna que não a Língua Portuguesa.

A maneira como se dá a aquisição da linguagem na forma escrita pelo surdo, também é descrita por Melo, Santos e Guedes (2010) como uma associação dos signos linguísticos da Língua de Sinais aos símbolos da forma escrita, porém sem a aquisição dos elementos que confirmam coesão ao texto escrito, como o tempo verbal, preposições, pronomes entre outros. Dessa forma, é importante destacar que apesar de não apresentar coesão textual, o surdo não pode ser considerado, por isso, incapaz de pensar ou criar sentenças lógicas e complexas (GOMES; DANESI, 2000), e a análise de sua escrita deve, de maneira respeitosa, privilegiar a apreensão e o domínio que o indivíduo tem da Libras como sua língua materna.

Após o envio da segunda parte dos questionários, o participante não manteve mais contato, depois de diversas tentativas para se retomar a participação, não houve resposta e a análise do conteúdo restante foi interrompida.

## DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Configurada a evasão do participante, às pesquisadoras coube questionar os motivos da recusa em responder aos questionários: se o contato a distância estaria entre essas causas ou se a falta de contato visual teria desestimulado o participante.

Durante a análise desse comportamento e o levantamento de hipóteses que o motivassem, cogitou-se a possibilidade de o participante não ter internalizado algumas regras sociais necessárias ao convívio. Este tema é privilegiado no estudo de Silveira (2009) sobre as representações sociais do trabalho para o surdo, que aponta dentre as causas da não internalização das regras sociais a superproteção familiar. Conforme a autora, essas regras são transmitidas de forma oral pelos pais aos filhos ouvintes. O certo e o errado, o que se deve ou não fazer, como se comportar de maneira correta à mesa e não responder aos mais velhos com desrespeito são regras básicas de convívio social, naturalmente transmitidas de forma oral (SILVEIRA, 2009), e a essas habilidades sociais, adicionamos a responsabilidade com o cumprimento de compromissos firmados.

O que parece acontecer na família da criança surda, segundo Silveira (2009, p. 181), é que os pais, basicamente desistem de tentar transmitir esse conhecimento ao filho, pelo desafio que representa a falta de comunicação oral e simplesmente assumem a tarefa de **fazer pelo filho**. Ou seja, protegem a criança de determinados comportamentos que podem trazer consequências desagradáveis sem dizer a eles os motivos para não se comportarem deste ou daquele modo. Essa postura por parte dos pais priva o surdo de desenvolver habilidades e aspectos referentes à cultura, o que pode dificultar a internalização das regras sociais e o desenvolvimento das habilidades necessárias para um convívio satisfatório em sociedade. O comportamento de recusa ou o simples abandono do compromisso firmado em participar desta pesquisa pode, então, estar caracterizando no participante alguma dificuldade no desenvolvimento dessa habilidade?

Diante dessas hipóteses, este estudo de caso mostrou-se, apesar de inconclusivo quanto aos objetivos iniciais, uma excelente fonte de sugestões para investigações mais aprofundadas dos aspectos que regem o desenvolvimento do surdo, não apenas nos níveis cognitivo e afetivo, mas também no nível social, que representa uma dimensão importante da identidade do sujeito surdo. Todas essas questões se tornam pertinentes na orientação de futuros trabalhos sobre o tema, tornando cada vez mais especializada a prática do psicólogo e outros profissionais que lidam com essa população específica, e até mesmo para as famílias de surdos, responsáveis pelo seu desenvolvimento físico, intelectual e socioafetivo.

A investigação dos componentes da identidade surda, a partir da ótica do próprio surdo, configura-se num desafio e, ao mesmo tempo, mostra-se pertinente para o entendimento dessa população. Olhar a identidade surda a partir do ponto de vista do próprio surdo é o caminho para que seja construído conhecimento nesta área relativamente nova nos estudos da Psicologia.

O saber acadêmico deve aproximar-se da realidade e das vivências no campo das necessidades especiais. A Psicologia dá, assim, mais um passo no processo de inclusão e igualdade social. O surdo se sentirá incluído se a sociedade o considerar como tal. É preciso que o ele seja aceito enquanto sujeito participante e ativo socialmente, e também se posicione como tal. As diferenças fazem parte da constituição social, e a negação da surdez não permite o desenvolvimento de um sujeito integrado socialmente.

Um estudo focado e aprofundado poderá trazer dados importantes na construção do olhar profissional, tornando-o cada vez mais específico, preparado e capacitado para atender as demandas dos surdos. Além disso, compreender seu desenvolvimento desde a infância até a vida adulta, munido de elementos que lhe capacitem uma melhor cobertura dos aspectos envolvidos nesse processo.

## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 09 jan. 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.
- BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 141-156, set. 1998.
- ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. **LIBRAS em contexto**: curso básico; livro do professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.
- GESUELI, Zilda M. Linguagem e surdez: questões de identidade. **Horizontes**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 63-72, jul./dez. 2008.
- GÓES, M. C. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.
- GOMES, Erissandra; DANESI, Marlene Canarim. Linguagem escrita: uma dinâmica de grupo. **Revista Espaço**, n. 18/19, p. 14-19, dez. 2002/jul. 2003. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/paginas/revista/espaco18/Espa%C3%A7o%20Aberto%2002.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2011.
- MARTINS, Diléia Aparecida. **O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais**: oralidade e currículo. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.
- MEIRELLES, Viviany; SPINILLO, Alina Galvão. **Uma análise da coesão textual e da estrutura narrativa em textos escritos por adolescentes surdos**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- MELO, Maria A. V.; SANTOS, E. M.; GUEDES, Karla G. M. **A escrita surda**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/44372/1/a-escrita-dos-surdos/pagina1.html#ixzz1m07zvw8>>. Acesso em: 07 maio 2011.
- NEGRELLI, Maria Elizabeth D.; MARCON, Sonia Silva. Família e criança surda. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 98-107, jan./abr. 2006
- OSÓRIO, L. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis, 2006.
- RIBEIRO, Luciana M; RASERA, Emerson F. Os idosos e o uso de próteses auditivas: identificando os repertórios interpretativos que justificam essa decisão. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 3, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300013)> Acesso em: 25 set. 2010.
- SILVEIRA, Flávia F. R. **As representações sociais do trabalho do surdo e a construção de suas identidades**. Brasília: UnB, Instituto de Psicologia, 2009.

